PARECER N.º /2017

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N.º 57/2017

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 57/2017 é de iniciativa do Sr. Prefeito do Município de Unaí, que busca, por meio dele, alterar programa junto ao Anexo III da Lei n.º 2.894, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Unaí para o quadriênio 2014-2017 e abrir crédito adicional especial, por anulação, ao orçamento vigente.

Ao presente projeto, encontra-se anexado o Parecer n.º 6/2017 (fls.12/18), elaborado pelo economista da Prefeitura de Unaí, Danilo Bijos Crispim, o qual explicita e analisa as alterações propostas no Plano Plurianual e à abertura de crédito adicional especial ao Orçamento Geral do Município.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 17 de agosto de 2017, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído a presente Comissão e, após a dispensa da realização de audiência pública (Despacho de fl.23), ficou à disposição dos senhores Vereadores para eventual apresentação de emendas pelo prazo de 10 (dez) dias, não tendo sido apresentadas emendas por parte dos parlamentares.

Após o encerramento do prazo para apresentação de emendas, fui designado Relator da matéria para emitir parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da Competência da Comissão

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no artigo 102, II, “a”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;

(...)

2.2 Da alteração do PPA

Inicialmente, cumpre esclarecer que projetos de lei que versem sobre o plano plurianual de ação governamental são de competência privativa do Sr. Prefeito (artigo 96, X, da Lei Orgânica Municipal), daí porque legítima se torna à propositura da matéria.

O Projeto sob comento visa alterar as metas físicas para os exercício de 2014, 2015 e 2017 e metas financeiras para o exercício de 2017 da Ação 1129 – Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Unai nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca – pertencentes ao Programa 0066 – Ações Articulares em Saneamento Básico – no âmbito da Lei n.º 2.894, 27 de dezembro de 2013, bem como autorizar a abertura de crédito adicional especial, por anulação, de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

As exigências para alteração de programas no PPA – 2014/2017, nos termos do § 3º do artigo 3º da Lei n.º 2.894/2013, são as seguintes:

Art. 3º (...)

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programas conterà, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou a demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os macro-objetivos e diretrizes definidos no Plano Plurianual; e

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstrar a exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

Desse modo, visando demonstrar o cumprimento das exigências supra, o Sr. Prefeito anexou ao presente projeto cópia do Parecer n.º 6/2017, de fls.12/18, de autoria do economista municipal Danilo Bijos Crispim.

Analisando o citado Parecer, é possível observar que as três exigências contidas no §3º do artigo 3º da Lei 2.894/ 2013, foram cumpridas, a saber:

- Diagnóstico do problema: proceder a correção monetária dos valores do Contrato n.º 122/2014, que tem por objetivo a realização de obra de saneamento com recursos federais e contrapartida do Município.
- Demonstração da compatibilidade com os macro-objetivos e diretrizes do PPA: compatível com o macro-objetivo de realização de intervenções urbanísticas voltadas para a expansão ordenada da cidade e a ampliação das habitações de interesse social e com a diretriz de realização de obras viárias estruturantes, dotadas de iluminação pública, saneamento básico e sistemas de orientação de trânsito.
- Identificação dos efeitos financeiros: a despesa **não foi classificada como obrigatória de caráter continuado** e estimada em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em 2017.

Os recursos necessários para custear esta despesa serão oriundos de anulação de despesa de natureza semelhante, conforme pode ser verificado no Anexo III do Projeto sob análise.

2.3 Do crédito adicional especial

A alteração das metas da ação 1129 – “Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Unai nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca – pertencentes ao Programa 0066 – Ações Articulares em Saneamento Básico – exigirá a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente. Preliminarmente, cabe esclarecer que, conforme disciplinado no artigo 84, inciso XXIII, combinado com os artigos 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis que tenham a finalidade

de abrirem créditos, autorizarem, criarem ou aumentarem a despesa pública é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Cabe esclarecer, também, que os créditos especiais, objeto da questão ora formulada, são espécie do gênero “créditos adicionais”, consistindo em autorizações de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei de Orçamento, nos termos do artigo 41 da Lei n.º 4.320/1964.

Vale lembrar que a Constituição da República, em seu artigo 167, inciso V, exige prévia autorização legislativa, assim como a indicação dos recursos correspondentes, como condições essenciais para a abertura desses créditos.

Conforme disposto no artigo 2º do Projeto sob comento, o Chefe do Executivo pretende abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao orçamento vigente destinado a atender despesa relacionadas a conclusão das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca.

Tal autorização torna-se necessária, visto que, o artigo 42 da Lei n.º 4.320/1964 determina que os créditos suplementares e especiais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Já no §1º do artigo 43 da referida Lei, podemos encontrar a necessidade de indicação de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais:

Art. 43. (...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las

Conforme pode ser verificado no §1º do artigo 2º do Projeto de Lei n.º 57/2017, o Chefe do Poder Executivo indica como fonte de recursos a anulação de dotações referidas do

Anexo III do presente Projeto de Lei.

Quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, entende-se que a matéria em destaque não causará qualquer impacto ao orçamento municipal, haja vista que não ocorrerá aumento de despesa. O que ocorrerá será a criação de uma nova despesa que será compensada com a anulação de outra dotação que já estava prevista na Lei Orçamentária Anual.

2.4 Do Substitutivo

Este Relator apresenta Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 57/2017 visando a correção de erros materiais e melhoria da redação. Ressalte-se que não se propõe qualquer alteração quanto ao objeto da matéria sob análise.

Dentre as alterações propostas, destaca-se:

- a correção da Ementa, buscando-se clareza em relação à alteração proposta pelo Projeto sob análise.
- nova redação para o artigo 1º, para remover referências desnecessárias à Lei n.º 2.921, de 26 de junho de 2014, pelo fato de não ser a originária;
- correções de erros de concordância e materiais nos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º;
- nova redação ao Anexo I, visando maior clareza quanto ao local exato das alterações propostas pelo PL n.º 57/2017; e
- remoção do texto “Fonte: Elaboração própria” constante dos Anexos II e III.

Com base nas correções acima expostas, sugere-se, salvo melhor juízo, a dispensa de análise da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para o fim de exarar parecer de redação final.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 57/2017, na forma do Substitutivo anexo.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 14 de setembro de 2017.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator Designado

SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 57/2017.

Altera dispositivo da Lei n.º 2.894, de 27 de dezembro de 2013, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Unaí para o quadriênio 2014-2017”, e autoriza a abertura de crédito adicional especial, por anulação, ao orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Ação Orçamentária n.º 1129, denominada Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES – de Unaí, nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca, constante do Programa n.º 0066, denominado Ações Articuladas em Saneamento Básico, no âmbito da Lei n.º 2.894, de 27 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, por anulação, ao orçamento vigente para atender à programação discriminada no Anexo II desta Lei, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional especial, por anulação, estão especificados no Anexo III desta Lei.

§ 2º A vigência do crédito adicional especial autorizado no *caput* deste artigo está em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

§ 3º O crédito adicional especial destina-se a atender as despesas com a conclusão das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES – de Unaí, nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 14 de setembro de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator Designado

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DA LEI N.º, DE DE DE

“

Nome do programa	0066	<i>Ações Articuladas em Saneamento Básico</i>	Unidade Responsável	02.15.02	<i>Departamento de Obras e Infraestrutura (Deoinf)</i>
-------------------------	------	---	----------------------------	----------	--

<i>Projeto</i>	<i>1129</i>	<i>Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Unai nos bairros Mamoeiro, Santa Clara, Terra Nova e Água Branca</i>	<i>Obra executada (Unidade)</i>	<i>2014</i>	<i>0,24</i>	<i>3.685.550,03</i>
				<i>2015</i>	<i>0,74</i>	<i>11.056.650,07</i>
				<i>2016</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
				<i>2017</i>	<i>0,02</i>	<i>300.000,00</i>

.....” (NR)

ANEXO II A QUE SE REFERE O *CAPUT* DO ARTIGO 2º DA LEI N.º, DE DE DE

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Crédito

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	02.15.03.17.512.0066.1129.4.4.90.51.00	Nova	100	300.000,00
Total				300.000,00

ANEXO III A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 2º DA LEI N.º, DE DE
.... DE

Anulação

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	02.15.04.15.452.0052.2214.3.3.90.39.00	831	100	300.000,00
Total				300.000,00